

AJ13487

ALERTA SEGUNDO LEVANTAMENTO FEITO POR UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO, SITUAÇÃO DA CAPITAL É "CRÍTICA"

Vitória tem déficit de R\$ 859 milhões para pagar aposentados

Valor corresponde ao patrimônio que a prefeitura deveria ter no caixa da previdência

GABRIELA RÖLKE
Um rombo de R\$ 859 milhões separa o patrimônio previdenciário ideal que a Prefeitura de Vitória deveria possuir para garantir o pagamento de pensão e aposentadoria de seus servidores inativos. Isso quer dizer que o município deveria ter esse dinheiro no seu patrimônio para garantir a longo prazo o pagamento dos benefícios.
Prefeito eleito da Capital, o petista João Coser terá que lidar com essa "herança" deixada pelas administrações que o antecederam. O desafio - para evitar um colapso - é colocar a prefeitura num caminho que possibilite que os recursos sejam levantados a tempo de pagar os benefícios.

E os esforços para solucionar o problema devem passar pela reforma do sistema previdenciário de Vitória.

Saúde. A informação sobre a saúde da previdência na Capital faz parte de uma pesquisa que incluiu as prefeituras de 25 capitais, realizada pelo Núcleo Atuarial de Previdência (NAP) da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A situação das capitais

Veja a posição das capitais em relação do Índice de Desenvolvimento Previdenciário (IDP):

O IDP foi criado para medir a saúde financeira dos sistemas de previdência dos servidores municipais. Varia de 0 a 1. Quanto maior, melhor

Alto	0,850	Belo Horizonte e Teresina
	0,767	Goiânia
	0,733	Palmas
	0,717	Boa Vista
Médio	0,650	Belém
	0,567	Rio de Janeiro
	0,550	Campo Grande e Cuiabá
	0,533	Curitiba
Baixo	0,483	Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Porto Velho, São Luiz e Vitória
	0,433	Salvador e São Paulo
	0,250	Florianópolis e Recife

Fonte: Núcleo Atuarial de Previdência - Coppe/UFRJ

O DÉFICIT NAS CAPITALS

Diferença entre o patrimônio previdenciário ideal para o equilíbrio financeiro do sistema e o patrimônio atual de cada prefeitura onde a situação é mais crítica

Capital	R\$ milhões
São Paulo	29.989
Porto Alegre	2.954
Fortaleza	2.225
Salvador	1.888
Recife	1.595
Maceió	882
Vitória	859
São Luiz	839
Natal	731
Florianópolis	432
Aracaju	366
João Pessoa	353
Porto Velho	248
Manaus	149
Macapá	147
TOTAL	43.663

A Gazeta - Ed. de Arte - Ilvan

De acordo com o ranking elaborado pelo NAP - e publicado na edição de domingo do jornal O Estado de São Paulo -, Vitória, ao lado de outras 12 prefeituras, está em situação "crítica". Apenas duas capitais, de Belo Horizonte e Teresina, estão em situação considerada "confortável". Outras dez prefeituras estão em situação "média".

O índice adotado pelo NAP - denominado Índice de Desenvolvimento Previdenciário

(IDP) - é calculado com base em critérios como o equilíbrio financeiro atuarial, a capacidade técnica e fiscal de atingir o equilíbrio, e o cumprimento das exigências fiscais necessárias ao acesso a repasses financeiros.

Cálculo. A atual administração de Vitória, que tem à frente o prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), já forneceu à equipe de transição do prefeito eleito, João Coser, as informações do cálculo atuarial de que

a prefeitura dispõe. Segundo o coordenador da equipe, Táureo Tessarolo, "o atual gestor do fundo é que tem a responsabilidade de fazer a previsão atuarial".

Por meio do secretário de Comunicação da Prefeitura de Vitória, Fernando Künsch, a reportagem de A GAZETA tentou entrar em contato com representantes da prefeitura na tarde de ontem, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno do secretário.

Bancada federal discute Orçamento de 2005

Deputados e senadores querem complementar ações incluídas na peça orçamentária estadual

GABRIELA RÖLKE

Deputados federais e estaduais capixabas se reúnem hoje para discutir o Orçamento da União para 2005. A audiência pública proposta pela Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa para discutir o tema acontece às 9 horas, no plenário do Palácio Domingos Martins.

Os atuais prefeitos e os eleitos também foram convidados para participar do debate, além de secretários de Estado e dos municípios. A intenção, segundo o deputado federal Renato Casagrande (PSB), é fazer com que os parlamentares federais capixabas busquem complementar – por meio de emendas ao Orçamento da União – algumas das ações que deverão ser incluídas no Orçamento estadual.

Casagrande elogiou a iniciativa da Comissão de Finanças de propor uma discussão conjunta sobre o Orçamento federal para 2005. “A proposta é bastante interessante para o Estado. E é a primeira vez em que o tema é discutido em conjunto pelas bancadas federal e estadual”, salientou.



DEBATE. O deputado Renato Casagrande elogiou a iniciativa da Comissão de Finanças. FOTO: FÁBIO VICENTINI

As emendas são acréscimos que os parlamentares podem fazer ao Orçamento. Cada deputado estadual terá neste ano o teto de R\$ 600 mil para indicar suas prioridades no Orçamento estadual para o próximo ano.

Bancada. Já os deputados federais terão um teto de R\$ 2,5 milhões para emendas individuais ao Orçamento da União. Eles contam ainda com a possibilidade de apresentação de emendas de bancada: de acordo com Casagrande, um total de R\$ 2 bilhões está reservado para emendas de bancada de

todo o país. “Não há um teto para esse tipo de emenda. Vai depender das articulações que os deputados federais capixabas farão”, disse.

O presidente da Comissão de Finanças da Assembléia, deputado Edson Vargas, afirmou que um dos objetivos do encontro foi pedir que a bancada federal explique as emendas para os prefeitos, que “saem em maratona por Brasília”, buscando recursos.

Confirmaram presença os senadores Gerson Camata e João Batista Motta além de nove deputados federais.

Comissão vota matéria até sexta

A Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa deve votar o Orçamento estadual de 2005 até sexta-feira. A informação é do presidente da comissão, deputado Edson Vargas. Ele disse que os deputados e a equipe técnica estão finalizando a análise do relatório. Segundo Vargas, ele deve propor, na apresentação do relatório, a alteração de prazos para a tramitação da peça orçamentária na comissão. “O Regimento Interno prevê, após o Orçamento chegar na comissão, a análise das emendas e a votação do relatório até 5 de dezembro. Mas matéria não tem data para ser votada em plenário”, assinalou. De acordo com Vargas, os trabalhos da comissão ficam prejudicados com o prazo restrito de tramitação da matéria.

Levando você em qualquer lugar.

KING
RENT A CAR

www.kingcar.com.br

Promoção especial para
final de semana.

Vitória

27 3327 1711

Central de Reservas: 0800 7021711